

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: O “CASO USP” E A SOCIEDADE CIVIL

Democracy and participation: the “caso USP” and the civil society

Gabriel Guerra

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

✉ gabriel.guerra.duarte@gmail.com

Resumo: *A discussão aqui apresentada permeia a noção de participação da sociedade civil no incremento da democracia. O autor ressalta que participar envolve a mobilização e a geração de conflitos. Retomando o “caso USP” ele mostra que a mobilização e geração de conflitos são custos da participação o que pode distanciar as pessoas desses movimentos.*

Palavras-chaves: *sociedade civil; participação; democracia.*

Abstract: *The discussion presented here permeates the notion of civil society participation in the growth of democracy. The author stresses that participation involves mobilization and generating conflicts. Returning to the “caso USP” he shows that the mobilization and generation of conflicts are the costs of participation that can distance people from those movements.*

Key words: *civil society; participation; democracy.*

Participação. Poucas coisas estão tão atreladas a uma noção democrática de sociedade civil como a ideia de participação. É desejado que os cidadãos se organizem, se mobilizem e participem, é fundamental que eles reconheçam, usem e legitimem os canais de participação a eles oferecidos, mas, sobretudo, é saudável à democracia que eles extrapolem, reivindiquem e construam a sua própria noção de participação, mesmo que alheia aos modelos institucionalizados.

O Brasil da redemocratização em meados dos anos 1980 foi um Brasil marcado pela participação da sociedade civil. Não poderia ser diferente frente a um regime militar com 20 anos de práticas autoritárias e antidemocráticas.

As multidões que foram às ruas reuniam diversos setores da sociedade em busca de um objetivo: democracia, resumida naquele momento em princípios básicos e noções mínimas: liberdade de expressão, de livre associação e eleições diretas. As conquistas daquele período hoje são pilares da democracia e, bem ou mal, ocupam um lugar no imaginário democrático da sociedade civil.

Entretanto no Brasil, participar não é a regra, é a exceção. Não por acaso o período mais fértil e mais legitimado de participação é a eleição – um evento ritualístico e periódico, mas, evidente, vital à democracia – cujo instrumento, o voto, é notoriamente igualitário, mas reconhecidamente fraco em sua carga de participação. O que grande parte da sociedade brasileira apreendeu do período de transição democrática é que a participação tem que se dar nos contornos de uma democracia, que visa assegurá-la. Democracia dita as regras do jogo, regras essas construídas e aplicadas de forma clara e transparente, jogo esse com mecanismos e procedimentos calcados na soberania popular. Participar, portanto, é democrático. Mas participar leva a mobilizar-se, que leva a reivindicar, trazendo para dentro da democracia um corpo estranho (mas que não deveria ser): o conflito. A política se faz de muitas coisas dentre elas o conflito. Ele é inato a ordem democrática. O processo de despolitizar a política envolve renegar o papel do conflito e incorporar um status final à democracia que vivemos.

Se junta a isso também uma equivocada concepção de que esses contornos, regras e jogo da democracia são rígidos e previamente definidos, e mais do que isso, que eles são suficientes para manter funcionando o corpo democrático (por isso leia-se: Estado democrático de direito).

Os limites da democracia não são testados apenas pelas recorrentes tentações autoritárias, podem perfeitamente serem testados por tentações também democráticas. A democracia se reinventa e se revigora desde seu

berço na Grécia antiga. A participação da sociedade civil tem papel crucial nesses momentos.

Os recentes eventos que tomaram curso na Universidade de São Paulo (USP) servem como ilustração de como a sociedade civil encara a participação. Focando no processo como uma demonstração de comportamento participativo da comunidade universitária – e não como um embate entre legalidade, drogas e slogans políticos arcaicos – é possível perceber diferenças e contradições.

Em pesquisa feita pela *Folha de São Paulo*²⁸ 73% dos estudantes da USP se disseram contrários à ocupação da reitoria da universidade por um grupo de alunos como forma de reivindicar o fim do convênio da universidade com a Polícia Militar. Dentre os argumentos que endossam essa opinião podem estar a ausência de legalidade, dano ao patrimônio público, excessos e retóricas ultrapassadas e falta de *representatividade* dos alunos envolvidos. Esse aspecto da ausência de representatividade é ressaltado na mídia tradicional²⁹ - por exemplo, em blog de Reinaldo Azevedo em *Veja*: “(...) *fizeram uma assembléia que reuniu, no máximo, 300 pessoas. E ela decidiu, “por unanimidade” (!!!), manter a invasão. Eles representam, atenção!, 0,3% dos estudantes da USP e 0,2% da comunidade uspiana*”. Ou seja, o número de alunos envolvidos na ocupação e o tamanho da comunidade universitária surgiriam para legitimar ou não a pauta ou até mesmo a ação. Esse argumento da ausência de legitimidade pela falta de representatividade não leva em conta que algumas lutas políticas podem não querer passar por determinadas instâncias impostas pela democracia. Ignora-se aqui a já referida dimensão do conflito considerada atualmente sem valor democrático. Mais do que isso vemos nas universidades que a representatividade é fundamental, mas a participação é facultativa, para não

²⁸ Ver <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1005628-maioria-dos-estudantes-da-usp-apoia-policia-militar-no-campus.shtml>>

²⁹ Ver <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/remelentos-e-mafaldinhas-da-gap-decidem-%E2%80%9Cresistir%E2%80%9D-e-a-revolucao/>>

dizer desencorajada. A universidade se tornou um espaço atento ao mercado, à gestão científica, às demandas privadas e estatais de consultoria e pesquisa, em contrapartida houve uma perda do seu caráter político.

Participar é importante, mas participação inevitavelmente leva à mobilização, mas essa é “política” e “contraproducente”. Os atores envolvidos – a exemplo, os movimentos estudantis – são “decadentes e partidários”. As assembleias são tribunas de “discurso arcaico” e por aí vai. Se é possível achar veracidade em parcela dessas críticas isso não esconde o fato de que boa parte da sociedade civil enxerga o estágio da democracia atual como pleno de vigor, não sedentário como ele realmente parece ser. No que se refere à partidarização dos atores, vale sempre lembrar estudos como o de Bernardo Sorj (2004) que avaliam um descolamento das expectativas políticas da atual sociedade civil e uma perda de identificação com as “velhas” instituições representativas, dentre elas os partidos. A sociedade civil surge como instância representativa de valores morais dentro do jogo político. Outro ponto que se destaca na pesquisa da *Folha* é a percepção dos entrevistados sobre a ação da polícia que desocupou o prédio da reitoria. Se a ocupação não contava com grande apoio, as ações para a retirada dos alunos dividem opiniões (46% contra a ação e 45% a favor). O uso excessivo de aparato policial, independente das bases legais, atravessa o imaginário da sociedade civil como autoritário e desnecessário. Numa democracia na qual a “negociação” é um valor supremo, a busca por um consenso permeia todas as decisões possíveis e imagináveis. O conflito é reservado a lugares sombrios da sociedade, não às universidades, pólos “esclarecidos” de construção de conhecimento.

O processo de transição democrática nos anos 80 deixou importantes lições, mas não deixou talvez a principal, que a democracia é um processo sem fim, não um fim em si mesmo. E que esse processo às vezes nos reserva uma tensão necessária à própria democracia.

Referências

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.